

**A ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
NA NOVA REPÚBLICA:
CAMINHO PARA MUDANÇA
OU MUDANÇA DE CAMINHO?**

Maria de Fátima Costa Felix
Da Universidade Federal do Maranhão

Trabalho apresentado na IV CBE realizada em Goiânia, em
setembro de 1986.

A DIREÇÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

A importância de se discutir questões relativas à administração da educação pública no Brasil não se prende ao fato da proximidade da Constituinte, pois não se pode esperar dessa Assembléia, mais do que o fortalecimento da "república constitucional de cabresto curto"¹. É a compreensão crítica do caráter da "Nova República" que torna premente a identificação dos "caminhos para a mudança no setor educacional", traçados pelos dirigentes nacionais, nos quais poderão trilhar muitos educadores, ou por partilharem dos "ideais democráticos" do novo governo, ou por terem se equivocado na mudança de caminho.

Identificar esse caminho parece tarefa complicada, uma vez que apesar de ter eleito a educação como prioridade nacional, o governo não elaborou um Plano Nacional de Educação, tendo se restringido, até o momento, ao enunciado de um programa de ação imediata, no qual estão indicados os projetos de: valorização do magistério de educação básica, ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola de 1º grau, assistência a todo aluno carente; e ao acionamento de programas diversificados, que abrangem os três níveis de ensino, entre outros: o Biblos, o Micros e o Oficina, como parte do programa Nova Universidade, o Programa de Criação de Escolas Técnicas Federais (2º grau) e o Programa de Módulos Didáticos e de Municipalização da Merenda Escolar (1º grau). Porém, identificar o sentido de mudança que apontam esses caminhos não é difícil, se se tomar como referência a própria realidade histórica da "Nova República".

Para Florestan, "ela não é nova, nem é uma república" (Fernandes, 1986, p. 55). Nela estão presentes as mesmas condições estruturais do capitalismo monopolista, embora no âmbito da política governamental exista um esforço para conciliar interesses antagônicos do capital e do trabalho. Isso se torna evidente no conjunto de medidas econômicas, políticas e sociais do governo, cujo caráter de impacto populista deixa entrever o seu duplo objetivo: de um lado, a reorganização dos mecanismos de acumulação capitalista; do outro, o arrefecimento das forças revolucionárias do campo e da cidade.

Naturalmente, essa visão sintética pode caracterizar, de forma equivocada a sociedade brasileira dividindo-a em dois pólos: o da classe dos proprietários e o da classe dos proletários, o que permitiria, de modo contrário à estratégia do governo, o defrontamento mais violento entre as duas classes. Mas, a formação econômico-social do Brasil engepra uma estrutura complexa, onde se cruzam os resíduos de modos de produção pré-capitalistas e da organização política patrimonial com as articulações internas e externas do imperialismo.

Desse modo, ao mesmo tempo em que a economia capitalista avançada impõe a sua expansão de forma intensiva e extensiva, potanto, multiplica o contingente de operários que se organizam enquanto classe, amplia o espectro político e ideológico de um governo que pretende efetivar a transição da ditadura para a "democracia" na base do "mudancismo"², igualando os interesses da grande burguesia nacional com os oligarcas remanescentes da velha república, das forças armadas com as organizações de classe e

partidos políticos, das classes médias com o proletariado, etc . . . Enfim, construindo as bases de uma sociedade unificada pelo *modelo de democracia*. Para Fernandes, esse é um dos componentes do delírio da extrema direita que fez da contra-revolução a revolução democrática.

É nesse contexto que o governo aponta o caminho da educação: "agora é um novo tempo: construir a Nova República na Educação (Brasil, 1985, p. 38).

Realmente, as medidas de impacto do governo, também alcançaram o setor educacional, porém, diferentemente, do setor econômico e político onde foram concretizadas, no setor da educação o anúncio de medidas se restringiu ao nível do discurso, da pura ideologia.

A proposta de *Educação para todos – caminho para a mudança* – não logrou resultados concretos, nem mesmo enquanto definição de diretrizes para uma política nacional de educação. Essa constatação nos leva a indagar: por que no setor educacional o governo retarda a implantação de medidas que poderiam dar sustentação à sua "proposta de mudança"? será a proposta de *caminho para mudança* tão fortemente articulada enquanto ideologia, que por si só produz os efeitos esperados pelo governo, ou seja, a neutralização das forças antagônicas nesse setor? teria essa proposta desencadeado nos setores avançados da militância educacional uma mudança de caminho em direção aos objetivos apontados pela "Nova República"? Finalmente, que função está sendo atribuída à educação nesse contexto econômico, político e social? Que entendimento têm os educadores, em geral, das propostas do governo?

É necessário levantar alguns elementos dos documentos oficiais e da realidade para que se possa tentar uma reflexão sobre essas questões. Em primeiro lugar, não esquecendo o sentido de mudança na "Nova República", os objetivos do programa de ação imediata, bem como do documento síntese do dia nacional do debate sobre a educação, giram em torno das expressões: "resgatar a enorme dívida social", "construir a democracia e o desenvolvimento social", "assegurar a todos os direitos inerentes a uma sociedade igualitária".

1 Florestan Fernandes usa a expressão para contrapor ao conceito de república democrática de caráter proletário e a tomei de empréstimo pela precisão do seu conteúdo histórico. Esse e outros termos utilizados nesse texto estão contidos em: Fernandes, 1986.

2 (. . .) "De fato, o que é mudancismo? O conservador chega à mudança social para preservar e fortalecer a ordem; o radical adere à mudança social para aperfeiçoar e, também, fortalecer a ordem; o revolucionário defende a mudança social ao seu esgotamento histórico (às últimas fronteiras de seu "desenvolvimento" possível) ou para destruí-la e substituí-la por uma ordem social nova. Qual é a conexão do mudancismo nessa escala de gradações exclusivas? O conceito não só é ambíguo e equívoco. Ele é formalmente vazio. O conservador poderá saturá-lo com suas inquietações e seus medos. O radical poderá atribuir-lhe um sentido construtivo e útil. O revolucionário, se for conseqüente, certamente se recusará a considerar o conceito como válido e o rejeitará. Mas o que é importante, aqui, para a reflexão crítica? o rigor com que a oposição se apegou a esse conceito vazio e se enlaçou através dele; com a lógica da conciliação" (Fernandes, 1986, p. 71-2).

Ora, essas expressões são indicadoras da ideologia da equalização social através da educação, contida no discurso do governo, que coloca a educação como fator determinante no processo de ascensão social. Nesse sentido, a meta de universalização da educação básica seria cumprida pelo Estado e isso é entendido como mudança. A complementação salarial, dada aos professores de 1º grau, ocorreria de modo a lhes propiciar retribuição não-inferior ao salário mínimo vigente e isso é proposto como mudança. A assistência ao aluno carente seria dispensada mediante o fornecimento de material didático e merenda escolar e isso se apresenta como mudança.

Que governo é esse que propõe a efetivação de medidas que seriam consideradas defasadas, em qualquer outro país de economia avançada, como sendo propostas de medidas extraordinárias?

O bloco político no poder, mesmo tendo fissuras internas está articulado em torno de um objetivo comum, ou seja, impedir a transformação da sociedade, que coloca em risco o seu projeto de manter uma democracia relativa em lugar de um regime radicalmente democrático, no qual seria excluído do comando do Estado.

Na realidade, as transformações econômicas impostas pelo desenvolvimento capitalista são uma ameaça a esse projeto, portanto, contraditoriamente, o governo admite a participação da sociedade civil, como forma de distensão e de neutralização do que pode ser o germe de uma revolução, propriamente dita.

No entanto, o envolvimento da sociedade como um todo na mobilização nacional pela educação, ao invés de impor ao governo o compromisso de implantar os projetos propostos, propiciou a legitimidade que buscava, para agir conforme seus interesses. Desse modo é que se limitou, no que se refere ao 1º grau, ao programa de municipalização da merenda escolar e de distribuição de material didático, ambos utilizados ostensivamente em alguns municípios, nas campanhas eleitorais em andamento. De modo diferente, tem se empenhado na execução de propostas para o 2º e 3º graus, que nem mesmo foram discutidas pelas associações e entidades da sociedade civil ligadas ao setor.

Essas evidências parecem delinear alguns elementos para resposta à questão sobre a função reservada, nesse contexto, à educação. Isto significa que num sistema econômico de capitalismo avançado, onde praticamente se dilui a função de preparação de mão-de-obra especializada pela escola, a utilidade da educação está, em parte, no seu uso enquanto valor de troca, ou seja, de negociação, de barganha política.

No caso do 1º grau, que atinge a massa da população brasileira, em sua grande maioria desorganizada politicamente, a expansão da rede escolar, a melhoria de suas condições de funcionamento, a valorização do magistério continuam sob o controle dos poderes locais dos estados e municípios, assentados no coronelismo e no clientelismo político. Nem mesmo a aplicação da Emenda Calmon tem sido acompanhada pelo governo federal, omissa no que se refere a uma política de administração da educação a nível nacional, nos aspectos em que lhe convém essa omissão.

No caso do 2º e 3º graus, os projetos em andamento parecem ter outro sentido político. Por um lado, relacionando artificialmente a formação de mão-

-de-obra com o mercado de trabalho, o governo cria condições de resfriamento das lutas ideológicas pela superação do sistema capitalista, na medida em que acirra a competição e a desigualdade entre os egressos de 2º e 3º grau. Do outro lado, criando um vínculo entre a produção de tecnologia em algumas áreas, como a informática e o seu consumo e absorção pelo sistema de ensino, encontra uma forma de direcioná-lo indiretamente, uma vez que os recursos passam a ser liberados, prioritariamente, para os projetos definidos pelo MEC, como é o caso do Biblos, do Micros e Oficina.

Parecem claras as intenções do governo acerca da educação, no entanto, não parece claro o entendimento que a grande massa dos educadores têm a respeito disso. Quando me refiro à grande massa, estou visualizando, principalmente, grande parte de professores de 1º grau leigos e qualificados, que formam um contingente de mão-de-obra barata, explorado pelo Estado e, também, por ele manipulado, sobretudo no período eleitoral. Infelizmente, essa grande massa se transforma em veículo de propaganda ideológica do governo, submetida que é a retribuir as benesses das suas nomeações políticas. Desses professores ouvimos muitas vezes: "muita coisa mudou". E para eles, é como se estivessem trilhando o caminho da democratização da escola e da sociedade.

Mas, além dessa grande massa marginalizada de educadores, encontra-se um outro segmento que tendo investido no potencial de mudança da oposição agora no poder, chegou a acreditar nas propostas do governo, tornando-se elemento do mesmo.

Certamente é preciso compor os quadros de um governo de transição para que ela ocorra, o problema está, porém, no limite real do projeto de transição. Nesse sentido, o que se faz, nesse momento, não é a avaliação dos educadores, mas dos limites impostos pela burguesia ao processo de transformação da sociedade. Felizmente, esses limites não são suficientes para deter as forças revolucionárias que se constituem no processo de desenvolvimento do capitalismo.

Mesmo se verificando a desmobilização nacional em relação às próximas eleições e, especificamente, no setor de educação, em termos da cobrança de medidas sugeridas pelos educadores e pela sociedade civil, é evidente que o processo de organização política de diversas categorias das classes populares e médias demonstra um avanço irreversível das forças antagonicas ao sistema.

Essa situação cria a necessidade de que os educadores, como parte dessas classes, assumam com lucidez a sua posição, do lado das forças sociais que se identificam com essa situação de fortalecimento de uma pseudo-democracia, ou do lado das forças que a ela se contrapõem. Naturalmente, o processo social vai definindo essa situação que impõe uma opção ideológica e política, portanto, é pouco provável que se confundam os protagonistas do poder constituído ou do poder em vias de constituição, cujo objetivo é a transformação radical da sociedade.

DESCOMPASSO ENTRE A REFLEXÃO E A AÇÃO DOS EDUCADORES

É nesse contexto que analiso o descompasso

entre a reflexão e a ação dos educadores, principalmente daqueles que não conseguem superar a dicotomia entre a teoria e a prática.

Essa dicotomia é um componente estrutural do capitalismo que cindiu a unidade entre trabalho manual e trabalho intelectual. Mas, no âmbito do trabalho intelectual em que o trabalhador ainda tem o controle das próprias idéias e a sua ação – mesmo que em alguns casos esse controle seja mais relativo, como no caso de um pintor, um escritor, cujos produtos caem na esfera da circulação, sob a determinação das leis do mercado – verifica-se a dificuldade que há em estabelecer como critério para a elaboração teórica, a reflexão sobre a realidade concreta.

As análises sobre a educação brasileira, que muitas vezes se complementam e, por vezes, se confrontam, ainda não apreenderam o que se passa no próprio interior do sistema de ensino, como desdobramento da direção política do governo na área da educação.

Na área da Filosofia da Educação, por exemplo, tem sido mais evidente o embate dos filósofos, enredados na discussão das tendências e concepções pedagógicas, enquanto a realidade, ou pelo menos parte dela, vai sendo construída conforme o jogo de interesses dos donos do poder. Esse exercício que pode resultar em notáveis avanços da Teoria da Educação, não parece suficiente no atual momento da educação brasileira, para orientar a massa dos educadores que segue a direção política da "Nova República".

Acerca dessa situação, vale lembrar a observação de Lenin sobre o perigo do "vanguardismo", ou seja, do avanço do partido, dos seus intelectuais, quando as massas não alcançaram ainda um grau de consciência adequado às propostas da ideologia revolucionária.

Noutras palavras, estou ressaltando a urgência de se edequear a perspectiva histórico-crítica da educação para a análise e compreensão da realidade educacional brasileira, sem o que se esboroam as ações mais bem intencionadas dos que se concentram na prática, de um lado, e na teoria, do outro.

No caso específico da Administração da Educação, área na qual se concentra o meu interesse, é evidente a existência de um impasse teórico-prático. Esse impasse se caracteriza: 1º) pela necessidade de ruptura definitiva com o que se poderia denominar de modelo conservador das propostas teóricas de administração da educação, pautadas na administração empresarial; 2º) pelo descompasso entre reflexão e ação no sentido de uma análise da prática educativa, que impulse a elaboração de novas propostas de administração adequadas a um processo de transformação do sistema de ensino e da escola.

Nessa área, o movimento de ruptura que se identifica, pode ser delimitado a partir dos trabalhos de Tragtemberg (1977) e Gonzales Arroyo (1979), através de conferências e artigos publicados ainda nos anos 70, cujas análises críticas influenciaram, de um modo geral, as produções mais específicas, divulgadas desde 1980.

A dissertação de mestrado de Maria Dativa Salles Gonçalves – *Dimensões críticas no estudo da especificidade da administração educacional* (1980) – retomou os estudos sobre este tema, elaborados por José Ca-

milo dos Santos Filho e Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho, professores do Departamento de Administração Educacional da Unicamp.

Os livros de Maurício Tragtemberg – *Burocracia e Ideologia, Administração, Poder e Ideologia* (1977); de Fernando P. Mota e Luiz Bresser Pereira – *Introdução à organização burocrática* (1981); de Maria de Fátima Costa Felix – *Administração Escolar: um problema educativo ou empresarial* (1984); de Gaudêncio Frigotto – *Produtividade da escola improdutiva* (1984); de Acácia Kuenzer – *Pedagogia da fábrica* (1985); de Vitor Henrique Paro – *Administração Escolar – Introdução crítica* (1986) – e os artigos e conferências mais recentes de Saviani, Jamil Cury, Arroyo, Luiz Antonio Cunha, Vanilda Paiva, Namo de Mello, Neidson Rodrigues, entre outros, sobre política educacional e o funcionamento do sistema escolar brasileiro, constituem um conjunto de estudos resultantes de pesquisas, que têm permitido compreender a produção histórica das teorias da educação e das teorias da administração utilizadas na prática da administração da educação, no contexto de uma sociedade capitalista.

A indicação bibliográfica, ainda que incompleta, dos trabalhos produzidos no período de 80 a 86, permite estabelecer um divisor de águas entre tendências conservadoras e tendências progressistas marcadas pela predominância de fundamentos teóricos de caráter positivista-funcionalista e de caráter histórico-crítico, respectivamente.

Os aspectos mais privilegiados pelos trabalhos de tendência conservadora são referentes à relação entre a administração escolar e a administração empresarial, entendida esta como modelo para aquela, e às questões sobre a especificidade da administração da educação entendida como a chave para a proposição de um modelo ideal de organização e administração escolar.

Esses aspectos ressaltados indicam a natureza da perspectiva teórica-metodológica que impede o avanço da reflexão sobre a especificidade da Administração da Educação. Por um lado, foram compreendidos como universais e, portanto, generalizáveis os conhecimentos produzidos e aperfeiçoados na medida das necessidades de desenvolvimento do capitalismo. O caráter ideológico desse conhecimento foi subsumido pelas suas proposições técnicas e, a utilização de princípios tecnicistas na organização do sistema educacional foram legitimados pela "autonomização" da teoria face à realidade. Por outro lado, as propostas de uma teoria da administração educacional, utilizando-se dos procedimentos da pesquisa empiricista, isolam o funcionamento da organização escolar da totalidade social, para identificar características próprias a todas as instituições educacionais, ratificando o modelo organizacional baseado na divisão técnica do trabalho e na especialização, introduzidas pelo modo de produção capitalista.

A pertinência dos estudos críticos sobre a administração da educação e a necessidade de uma ampliação das pesquisas nessa área, justifica-se a partir da realidade do sistema educacional brasileiro.

Ao contrário do que se ouve a nível de senso comum, a educação não está dissociada da realidade social, a Administração da Educação não tem sido incompetente para executar a política educacional do

governo. O caos que se gerou no ensino público, a irracionalidade resultante das medidas governamentais que têm atingido todos os níveis de ensino, a improdutividade da escola destinada às camadas populares são os resultados esperados de um sistema político e econômico, que funciona para o fortalecimento da classe hegemônica e a desorganização das classes populares.

No projeto político de manutenção da burguesia no poder e de consolidação do modo de produção capitalista, a aplicação de teorias da Educação e da Administração da Educação pautadas na lógica empresarial e tecnicista cumpriu as funções de homogeneização das instâncias da superestrutura relativas à educação e à cultura, padronizando os seus objetivos; de burocratização do sistema educacional, favorecendo o seu controle e adequação do projeto de desenvolvimento econômico do país; de desqualificação do processo educativo, garantindo o acesso formal das classes populares aos conhecimentos gerais e profissionalizantes.

Essa situação indica o grau de determinação política do Estado no setor educacional, ao mesmo tempo que aponta como o dimensionamento do processo de transformação da sociedade exige que se altere a função de administração da educação, na sua dimensão teórica e prática, que abrange desde a formação dos administradores escolares até a sua prática a nível do sistema educacional e das escolas.

A realidade educacional do país não poderia ter se modificado com o advento da "Nova República", dado que as forças políticas atuantes e hegemônicas continuam se valendo das estruturas burocráticas existentes, para executar projetos questionáveis no sentido da democratização do país.

A burocratização é um fenômeno político, portanto, a sua manutenção, na forma herdada do regime autoritário, é mais um indicador do que é o encaminhamento do projeto político reformista do atual governo.

Naturalmente, à pressão dos movimentos organizados da sociedade civil, os governos, mesmo no período de ditadura militar, tentaram utilizar a política da participação, como forma de confundir os objetivos do governo com os objetivos da sociedade civil organizada na luta política.

Os dirigentes da "Nova República" não têm poupado esforços para manter a aparência de uma postura democrática e para apresentar propostas de planejamento e administração da educação participativos.

Essa direção política está presente no documento síntese do Dia D e pode ser avaliada pelas seguintes proposições: "A política educacional da Nova República delimitou seus contornos na proposta de emergência expressa no conceito e no desenvolvimento da Educação para Todos – Caminho para Mudança. Mas o I Plano Setorial de Educação da Nova República pretende resultar da mais ampla e inovadora consulta até hoje procedida no País; uma consulta a todos os educadores, escolas, comunidades, instituições e à sociedade em geral, ao longo de um dia inteiro de questionamento sobre a escola que desejamos.

O exercício salutar da crítica e da responsabili-

dade solidária abre um novo caminho que os educadores devem trilhar, seguros de que o processo de democratização da escola está se consolidando" (Brasil, 1985a, p.4).

"A necessidade de continuidade do debate que foi aberto é vivamente apontada nos relatos enviados ao Ministério da Educação sobre os resultados da Mobilização do Dia Nacional sobre Educação. A fala de alunos, pais, professores e da população em geral aparece marcada por um forte anseio de participação na definição e encaminhamento das ações educacionais, pela expectativa e vontade de interferir no processo social e pela exigência de fazer ouvir a própria voz.

Das reivindicações apresentadas emerge, pois, a necessidade urgente da ampliação dos canais já existentes e da criação de novos canais que facilitem esta participação da população e que garantam a possibilidade de debate permanente das questões educacionais em nosso país por todos os interessados.

Evidencia-se com muita clareza, além disso, uma expectativa de respostas rápidas, por parte do Governo à mobilização ocorrida. Espera-se que as sugestões e propostas apresentadas tenham repercussão e ressonância, constituindo-se num instrumento indicador de alternativas de superação dos problemas apontados" (Brasil, 1985a, p. 33).

É interessante notar que o MEC, enquanto responsável pela elaboração e definição de diretrizes para essa política nacional, esquivou-se de assumir um papel ativo, colocando-se mais na condição de porta-voz da sociedade, mesmo quando se diz comprometido com a democratização da educação.

Essa observação, também, é reiterada na passagem que se segue, embora possa parecer contraditória a afirmativa que faço: "Essa ampla manifestação popular não pode ficar sem o respaldo de um compromisso claramente assumido pelo Ministério da Educação. Muito embora os temas abordados neste documento digam respeito a diferentes níveis de competência – federal, estadual e municipal – e exijam decisões que só podem ser tomadas por outros organismos da administração federal, o Ministério da Educação não declina de seu papel de articulador da política nacional de educação, responsabilizando-se pela continuidade do processo iniciado com o Dia Nacional de Debate, respeitadas as respectivas esferas de competência.

Nesse sentido, a Nova República deve estar comprometida com a implementação de uma política educacional que enfeixe as seguintes linhas enfatizadas nas contribuições recebidas:

- Redefinir as prioridades na distribuição de recursos públicos, destinando mais verbas às áreas sociais, em especial à educação.
- Dar prioridade para o ensino de 1º e 2º graus, na destinação dos recursos públicos para a educação.
- Assumir as responsabilidades de cada esfera do Governo para a expansão e melhoria do ensino de 1º e 2º graus, definindo claramente as competências da União, dos estados e dos municípios.
- Distribuir os recursos públicos para a educação a cada nível administrativo (estados e municípios) de acordo com as responsabilidades assumidas.
- Reorientar a utilização de recursos, criando canais

que permitam a participação da população tanto na definição de prioridades como na fiscalização da aplicação desses recursos.

- Aumentar a oferta de cursos supletivos gratuitos de 1º e 2º graus, bem como cursos noturnos de ensino regular.
- Ampliar a rede de escolas na zona rural e redefinir seus objetivos e condições de funcionamento.
- Implantar uma política de atendimento ao aluno deficiente.
- Desenvolver um plano de ação com medidas concretas para valorizar o magistério, incluindo melhoria salarial, estruturação da carreira, realização de concursos públicos para provimento de cargos, expansão e reformulação dos cursos de habilitação para o magistério, pedagogia e licenciaturas.
- Unificar os currículos de 1º grau das redes públicas e particulares, visando à construção de uma escola básica unitária, sem desprezar as diversidades regionais.
- Envolver e integrar as áreas competentes de saúde, trabalho, previdência social, transportes e justiça para atender às necessidades sociais da clientela da escola pública, de modo a possibilitar a essa escola cumprir com eficiência sua tarefa específica.
- Democratizar as instâncias de administração da educação, eliminando sua excessiva burocratização e a interferência clientelística.
- Reestruturar os organismos de administração, a fim de descentralizar e democratizar o poder de decisão.
- Articular de modo mais eficiente os níveis federal, estadual e municipal, de modo a garantir maior agilidade e coerência na implantação de uma política nacional de educação.
- Promover um amplo debate entre os educadores sobre a Constituinte" (Brasil, 1985a, p. 37-8).

Embora repetindo como linhas para a nova política educacional, o que resultou das sugestões enviadas ao MEC nos documentos-síntese de cada Estado, parece evidente que o caráter genérico dessas propostas de ação não foi superado na sua operacionalização porque, simplesmente, após um ano de "consulta às bases", não foi divulgado o Plano Nacional de Educação da Nova República, o que não significam no entanto, que a sua política não esteja sendo posta em execução. Ela existe e se efetiva, atualmente, através de inúmeros projetos acionados pelo MEC, cujos objetivos jamais foram discutidos pela sociedade civil.

Esses fatos parecem não surpreender mais alguns segmentos dos educadores e a verdade é que as mudanças estruturais que pudessem efetivar os objetivos de uma educação verdadeiramente democrática, exigiriam mudanças na estrutura de poder consolidada no regime autoritário, o que significa dizer que essas mudanças passam pela transformação do setor econômico e político.

ENCRUZILHADA DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Nesse contexto, como pensar uma nova prática da Administração da Educação?

A Administração da Educação a nível de sistema de ensino e a nível de escola logrou modificações, ex-

setuando-se as experiências isoladas, que possam ter de desenvolvido em alguns estados.

Disso decorre o impasse teórico-prático da Administração da Educação. Identificar que ela não é autônoma e, portanto, está a serviço do desenvolvimento do capitalismo, como instrumento de burocratização do sistema educacional, foi uma forma de negar seus "fundamentos científicos" e sua aplicação ao processo educativo. Porém, à fase de negação segue-se a da superação, por isto é comum indagar-se: o que fazer se as propostas anteriores são criticadas e não se preenche o vazio teórico?

Em parte a cobrança de novos modelos é a manifestação do imediatismo gerado pela prática do autoritarismo e da centralização. No entanto, o imediatismo, muitas vezes, nos impulsiona saídas para o impasse teórico-prático da administração da educação, a partir da proposta de substituição de modelos. Assim, em substituição ao modelo da administração empresarial, propõe-se o modelo da administração participativa.

Ora, de que participação estamos falando? Será a mesma, a concepção de participação que têm os educadores progressistas e os dirigentes da "Nova República"?

É preciso lembrar que o caráter revolucionário do liberalismo se esgotou com a ascensão da burguesia ao poder e que, por isso, ela não concederá espaço para que a participação seja elemento determinante no processo de superação da sociedade capitalista.

As empresas capitalistas, por exemplo, têm recorrido ao princípio da participação, para alcançar seus objetivos que são: desorganizar a resistência dos trabalhadores e reabsorver o conhecimento do operário sobre o processo de produção.

Acredito que seja precoce o delineamento de uma "teoria da administração da educação", enquanto não se tiver esgotado o conhecimento da realidade educacional, em termos da estrutura e do funcionamento do sistema de ensino e da escola.

Nessa perspectiva, considero que a necessidade de se buscar a especificidade da administração da educação não deve prevalecer sobre a necessidade de se reduzir o descompasso entre a reflexão e a ação, de se articular a pesquisa e as ações práticas, que possam fortalecer as propostas de transformação da educação.

Para isto, o pesquisador torna-se-á mais apto se assumir a postura do novo intelectual no sentido gramsciano, "que se mistura ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente."

Na área da Administração da Educação é urgente identificar: em que medida os estudos críticos nessa área estão influenciando o processo de formação de novos administradores escolares; de que modo os resultados dos estudos críticos estão alcançando a prática dos administradores escolares nas escolas públicas brasileiras; porque prevalece a prática da administração burocrática em muitas das escolas em que se realizou o processo de eleição direta do diretor; quais as mediações existentes entre o discurso "democrático" dos governos oposicionistas e a prática da administração de educação, a nível de sistema educacional; que articulação existe entre a estrutura de desenvolvimento do capitalismo na sua fase atual e as funções

da escola em cada nível de ensino; como estão se articulando os movimentos sociais e a escola, para fortalecimento do processo de transformação da sociedade; quais os efeitos da ideologia da "Nova República" na prática dos administradores escolares que atuam na rede pública de ensino; e como funciona concretamente a estrutura de poder dos órgãos da administração da educação.

Subjacente a esses aspectos levantados está uma proposta teórico-metodológica comum, na medida em que se circunscreve o processo de pesquisa no processo de conhecimento da realidade, visando a sua transformação.

Fica claro, portanto, que a postura do pesquisador da área da Administração da Educação ou do administrador escolar no desempenho dessa função, quer a nível de sistema, como a nível de escola, não pode ser entendida como uma atividade meramente técnica, científica, porque a sua ação, tanto no processo de produção de reconhecimento, como no processo de execução de medidas de política educacional têm uma dimensão política, que não pode mais ser camuflada.

Nesse sentido é que entendo como sendo produto de uma atividade coletiva, a proposta de novas formas de organização de sistema de ensino e da escola, não na forma proposta pela "Nova República", onde prevalece o compromisso com a manutenção da estrutura da sociedade capitalista, mas na forma que constitui a tendência da organização política para a sua superação.

Noutras palavras, estou reiterando a necessidade de uma opção ideológica e política por parte dos educadores envolvidos na área da administração da educação, de modo que se desenvolva uma prática educativa vinculada a uma prática política de construção de uma democracia igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Dia Nacional de Debate Sobre Educação. Síntese e Perspectivas. Brasília, outubro, 1985a.
- . *Educação para todos*. caminho para mudança. Brasília, maio, 1985b.
- CUNHA, L.A. A educação nas constituições brasileiras: análise e propostas. *Revista Educação e Sociedade*, (23):5-24, abr./1986.
- CURY, C.R.J. O compromisso profissional da administração da educação com a escola e a comunidade. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, 3(1):44-50, jan./jun. 1985.
- GONÇALVES, M.D.S. *Dimensões críticas no estudo da especificidade da administração educacional*. Paraná, 1980 [Tese de Mestrado. Universidade Federal do Paraná]
- ARROYO, M.G. Administração da educação, poder e participação. *Revista Educação e Sociedade*, 1(2):36-46, jan./1979.
- . Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? *Revista Educação e Sociedade*, (5): 5-23, jan./1980.
- FELIX, M.F.C. *Administração escolar: um problema educativo ou empresarial*. São Paulo, Cortez, 1984.
- FERNANDES, F. *Nova República?* Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo, Cortez, 1984.
- KUENZER, A.Z. *Pedagogia da fábrica*. São Paulo, Cortez, 1985.
- MELLO, G.N. Educação e constituinte. *Revista ANDE*, São Paulo, Cortez, (9):9-12, 1985.
- MOTA, F.P. & PEREIRA, L.B. *Introdução à organização burocrática*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- PAIVA, V. Que política educacional queremos. *Revista Educação e Sociedade*. São Paulo, Cortez-CEDES, (21):121-140, mai./ago. 1985.
- PARO, V. H. *Administração Escolar: introdução crítica*. São Paulo, Cortez, 1986.
- RODRIGUES, N. *Por uma nova escola*. São Paulo, Cortez, 1985.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez, 1984.
- TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo, Moraes, 1980.
- . *Burocracia e ideologia*. São Paulo, Ática, 1977.